

## O que Diz o Indizível

**Luiz Costa Pereira Junior**

doutorando FEUSP e  
editor da revista *Língua Portuguesa*

Muito ainda deverá ser dito sobre as coisas que não conseguem ser ditas. Sobre os sentimentos, impressões, terrenos íntimos que parecemos incapazes de expressar, para os quais as palavras fracassam, as frases se revelam ineficazes e, por maior que seja nosso repertório e esforço, somos levados a crer que podemos tão somente tangenciar, sem talvez ter alcançado nenhum deles.

O indizível tem prestígio. Alimenta versos, desorienta escritores, atormenta filósofos da linguagem e estetas do sublime. Tenta agarrar uma intensidade pelo pé ou descrever um estado de coisas, sem sucesso. Sei de um poeta – o alagoango Jorge Cooper – que por 43 anos procurou a palavra que faltava, procura vã. Neste mesmo momento, alguém pode estar remoído por uma crepitação de espírito que não é capaz de traduzir. Difícil desprezar tamanho capital secular e, assim, desconsiderar a sincera possibilidade de que algumas situações e sensações sejam mesmo impronunciáveis, indescritíveis.

Se tal idéia não é descabida, é o caso de saber se algo não pode ser enunciado porque não há como fazê-lo – a linguagem não nos daria ferramenta para tanto; ou se, em verdade, pode, sim, e nós é que não sabemos como – e haveria o inalcançável pelo pensamento. Ou, ainda, se outra alternativa se avizinha. A escolha de uma possibilidade, de saída, pode dizer algo sobre o ponto de observação no qual encaramos os nossos próprios sentimentos.

A fé na existência do indizível marca, em geral, a posição de que acreditamos dizer sempre menos do que queremos, na medida inversa de que somos provavelmente mais do que expressamos. Prevalece, com isso, a hipótese do fracasso da linguagem. O indizível, o não-abordável, a não-palavra, denuncia que o mundo é, mais que tudo, não-verbal – transborda cada tentativa de enunciá-lo, contém sempre alguma coisa que não conseguimos abordar ou dizer. Porque nem sempre haverá palavra adequada para dar conta de uma experiência, porque nem tudo é passível de ser expresso, há interstícios que não alcançamos por meio da linguagem, entrelinhas que se sobrepõem às linhas. Seriam esses interstícios que escondem mistérios e, com sorte, alguns dos melhores achados da poesia.

“Indizível” é um adjetivo. Há registros dele pelo menos desde 1713, garante o dicionário *Houaiss*. É filhote de um período em que o homem começava a enfatizar a própria individualidade, massacrada por séculos de Estado-Igreja. Época de descobertas empíricas que contestavam verdades seculares, de reafirmação burguesa, mas também da vaga consciência de que a intimidade, desprezada e inexplorada na Idade Média, começava a ganhar sua importância.

O verbo “dizer” atendeu a uma demanda muito diferente. É de outro tempo, talvez mais impositivo, hegemônico e de consolidações – está quase um milênio à frente do “indizível” (ao menos, no campo da escrita). Estima-se que desde 950 já tivesse existência material em escritos europeus. Segundo o *Houaiss*, o verbo latino que lhe serviu de matriz, o infinitivo *dicere*, é panromânico – pois presente em todas as línguas indo-européias derivadas do latim. O sentido geral é o de “expor” de modo a “fixar”. *Dicere* exala solidez, firme como rocha. Tudo porque *dico*, *dicis*, *dixis*, *dictum* e *dicere* – as variantes latinas do ato de dizer – têm ascendência jurídica e religiosa – e passaram a nomear em algum momento da Antigüidade tudo o que era dito para ser perpetuado. Daí, por exemplo, *dicio* (no sentido de “fórmula”, “palavra cristalizada no tempo”) contido em “dicionário”.

O homem não é só o sujeito que diz. *Dicere* se liga ao indo-europeu mais remoto, *deik-* ou *dik-* (mostrar), por sua vez parente do verbo grego *deíknume* (mostrar, fazer ver/conhecer), mas também do substantivo *díke* (costume, direito, justiça firmada), exatamente aquele do qual os latinos fisgaram o sentido jurídico-religioso<sup>1</sup>.

O anteposto latino *dicis* herdou as duas conotações, o de sentença consolidada e o de mostrar. Em sua versão feminina, *dix* era nome de ação estabelecida, como “pôr em causa”, “*dicis causa*”. Derivou “édito”, de *edictum*, que contém a partícula preposicional “*ex*” (“ponto de partida”) e o particípio passado de *dicere*, *dictum*. “Édito” era a sentença de referencia que os tribunos tomavam dos juízos anteriores, já consolidados. No masculino *dex*, nomeava o agente da ação, aquele que mostra alguma coisa, aponta, com dedo em riste. Por isso, “indício” vem de *indicium*, palavra cujo segundo elemento vem de *dicis*.

O indo-europeu marcava uma associação semântica aparentemente comum em todo o continente europeu da antiguidade. Uma das palavras hoje equivalentes a “dizer” na Alemanha é *sagen*, que vem do alto alemão antigo *bagan* (que significa *zeigen*, fazer surgir, mostrar, deixar evidente). O homem é aquele que se afirma dizendo, não apenas pelo verbo, mas pelo que mostra, expressa em toda plenitude – por palavras, gestos, olhares. Os antigos de algum modo nos avisavam que, para bem enunciar algo, é preciso que em primeiro lugar ele seja “apontável”, esteja sob nosso alcance e controle dos sentidos ou da razão, não nos seja inacessível, imperceptível ou oculto.

Claro é que o misterioso, o oculto e o impronunciável aqui não se confundem com o que é religiosamente transcendente, aquilo que não tem explicação ou prova empírica. A idéia de Deus pode tranqüilamente ser expressa, porque é parte do “domínio” de uma coletividade, está ao seu alcance, no perímetro do que podemos equacionar e transmitir aos outros. O indizível, não. É de outra ordem. Seria o domínio do que não é acessível, do que não conseguimos traduzir por palavras.

Por tal linha de raciocínio, quando algo não está oculto aos sentidos e à razão, seria dizível, perceptível, evidenciável. Portanto, se apregoamos a existência de algo indizível, devemos considerar que, numa primeira estocada, ele não esteja oculto aos sentidos e à razão, não se trate de nada metafísico. É, portanto, perceptível, identificável, determinado, passível de ser objetivado, de ser “dito” de alguma maneira.

---

<sup>1</sup> É de se imaginar o quanto vital à existência humana na Terra a qualidade da linguagem, pelo que não deixa de ser curiosa, por exemplo, a semelhança sonora entre *dik-* (“mostrar”) e a palavra mais antiga da humanidade, *tik* (“dedo”), usada por homídeos em 100 mil a.C. e de que derivaria o latino *digit*, segundo pesquisa da Universidade de Stanford, comandada pelo lingüista Merritt Ruhlen, em 2007.

O indizível - as voltas que a linguagem dá - pode ser dito. É raciocínio ondulatório: se há como dizê-la, não estamos sendo sinceros ao chamar alguma coisa de “indizível” – caso contrário, a própria palavra “indizível” perderia território de referência, passaria a não-nomear uma informação específica. Ao se conseguir dizer o indizível, ele deixaria de o ser, desmentiria a si mesmo, em suicídio semântico. O conceito parece, portanto, tautológico, mas amarga o paradoxo (pode ser dito, porque é determinado, mas caso fosse dito não faria sentido ser classificado como “indizível”) e não perde prazo de validade, porque ainda é relevante o suficiente para uma comunidade usuária.

Em geral, quando nos referimos a algo que não conseguimos expressar, é de uma sensação bem determinada que tratamos, de uma nitidez paralisante até, que nos constrange e atordoa, mas contra a qual lutamos para definir-lhe a identidade, ao menos uma que a distinga de outras intensidades, ainda mais das que lhe sejam similares. A semelhança aqui é sempre da ordem da imprecisão. Não há, a rigor, como saber se uma determinada sensação angustiante ou catártica se iguala ou não a outras impressões angustiantes ou catárticas. Ao se constatar indizível, será sempre outra e, ainda por cima, não compartilhável.

Só posso ter certeza do que se passa comigo, mais ninguém. Ora. Se não se consegue compartilhar, como então sabemos que é sentido de fato pelas outras pessoas? Se não pode ter validade para além de mim, como terá significado para os outros? A idéia de uma disposição de espírito exclusivamente pessoal, uma linguagem íntima, particular, privada, restrita a apenas uma pessoa, já atormentou muita gente, de Kant a Baudelaire, de Manuel Bandeira aos irmãos Haroldo e Augusto de Campos. Foi preocupação, por exemplo, do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1899-1951).

Wittgenstein negava a hipótese de haver algo indizível, contestava a mais remota possibilidade de uma linguagem privada. A visão wittgensteiniana entendia por “privado” tudo o que só poderia ter sentido para uma pessoa e (ou) não comunicado. A função da linguagem, afirmou ele, é descrever a realidade, porque nada pode ser dado fora da linguagem. O conjunto de todos os estados de coisas possíveis forma o espaço lógico da linguagem. "Os limites da minha linguagem significa os limites do mundo", escreve em *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921).

Em obras como *Tractatus* e *Investigações Filosóficas* (1953), Wittgenstein desenvolve o paradoxo do indizível. É rica, neste aspecto, a leitura que o filósofo Ernst Tugendhat, da Universidade Livre de Berlim, faz de sua obra, imaginando, no ensaio *Wittgenstein: A impossibilidade de uma “Linguagem Privada”*, um diálogo wittgensteiniano com argumentos que seriam opostos ao filósofo.

Para começar, Wittgenstein dizia que a linguagem privada pode ser aquilo que:

1) outra pessoa não poderia entender – as palavras dessa linguagem tratam do que só o falante pode saber;

2) a pessoa não consegue traduzir por palavras.

Por exclusão, o que ele chama de linguagem privada não é:

- alguém que fala consigo mesmo – pois ele saberia traduzir o que sente para os outros;

- a linguagem falada por um só homem – pois, no limite, podemos decifrar sua fala;
- quem exprime sentimentos para uso próprio – pois é passível de ser entendido.

Se cada pessoa, diz Wittgenstein, conhece os estados internos a partir de si mesmo, que garantia temos de que também outras pessoas sentem, sentiram ou sentirão algo parecido ao que nós sentimos, mas não conseguimos expressar? O primeiro impulso seria responder que tudo é feito por analogia, da observação de que os outros também sentem o mesmo, pelos dados aparentes do comportamento alheio. Sei que o outro sente algo parecido comigo por ver as reações do sujeito. Mas quem nos garante que a reação do camarada corresponde àquela que eu sinto, senti ou sentirei?

O torpedo wittgensteiniano contra o indizível ataca também a impossibilidade de ele ser traduzido em palavras. Se há sentimentos e sensações que não podem ser descritos, das duas uma. Ou ela é uma sensação bem determinada – e então é possível separá-la de outras sensações, reconhecê-la como a mesma em outras ocasiões, enfim, é possível identificá-la, dar um nome ou um contorno bem nítido a ela (“foi a que senti no dia tal e não a outra, do dia tal”). Ou ela não é determinada – não podemos diferenciá-la de outras. Ainda assim podemos descrevê-la por oposição a outras (“não é a sensação tal, nem a tal, mas muito parecida com aquela outra”). Mesmo usando uma qualificação genérica, nós a estaremos localizando num quadrante específico de expressão. Então, ainda assim, ela será “dizível”. A linguagem está em todo lugar.

O autor de *Investigações Filosóficas* acredita que o problema seja duplo: a dificuldade tanto de “dizer” como de comunicar a sensação. A linguagem privada adquire sentido quando ela é comunicada, partilhada, caso contrário se encerraria no próprio indivíduo e com ele morreria – se com ele já não tem significado, impensável que ganharia um para além dele. Não existe significado sem partilha. A linguagem é um fenômeno que ocorre entre as pessoas. Como saber que duas sensações pertencentes a duas pessoas diferentes têm o mesmo significado para ambas? As expressões de qualificação de um sentimento inefável teriam, então, um caráter pessoal e outro coletivo, entre sujeitos. O problema, conclui-se, não é só a impossibilidade de enunciar, mas de traduzir aquela sensação para outras pessoas.

É preciso pelo menos algum critério para saber se eu e o outro estamos tratando da mesma coisa. Se tenho apenas a sensação não saberei como definir o que sinto. Provo um vinho em particular, seu sabor é muito específico e distinto, mas não sei defini-lo de modo a identificá-lo. O critério de transmissão do inefável dependerá dos sinais que colecionamos sobre ele. Se a pessoa não pode se fazer entender porque a palavra só tem sentido para ela, é preciso procurar equivalências no outro. Devemos ter uma definição da sensação, não apenas seu nome. Não basta determiná-la, mas defini-la de modo a que possamos lembrar dela em outras ocasiões.

O primeiro critério, portanto, seria a memória, a capacidade de manter o mesmo significado no futuro. Todos sabemos, no entanto, que a memória falha, prega peças. A questão é, então, saber se a amostra que temos na memória tem validade, o que só pode ser feito por meio de correlação e metáforas. Se é sincera a pretensão de determinar uma sensação inefável – e apenas parecemos impotentes ao traduzir a sensação em palavras – ela deve estar ligada a critérios observáveis. Deve existir, para ser comunicada, uma relação entre um comportamento externo perceptível e a

consciência da sensação. Reconheço que um vinho é da marca fulano porque o vínculo à uva sicrana e ao processo de fabricação beltrano. A sensação isolada, determinada, precisa do referencial externo para existir. Ao falar de algo que sentimos, mas não conseguimos precisar o que seja, nós “funcionamos” por comparação, a descrição é feita a partir de dados outros colhidos em coordenadas externas. O dito é pura metáfora: será dito em contorno, a partir do contexto, em paralelos.

Wittgenstein, comenta Tugendhat, exemplifica o caso por meio de cores e sensações gustativas. Se eu ainda não sei que sépia se refere a uma cor, não tenho como saber que quando alguém aponta para algo como “sépia” esteja na verdade nomeando qualquer outro aspecto do objeto que não a cor, como sua forma. É preciso saber o contexto dado pela linguagem, não basta dar um nome, mas uma “aplicação”, para usar um termo wittgensteiniano, a capacidade de distinguir as coisas, discriminar, um ato de raciocínio que é prévio ao nome.

A lógica – não a realidade – viria, assim, antes da linguagem. A pessoa a quem falamos do indizível precisa de antemão saber que aquela “sensação” se refere a cor antes de entender o sentido de “sépia”. Tudo que se diz, diz Tugendhat, é dito sempre não apenas a partir de um determinado lugar, mas de dentro de um sistema que obriga a dizer de uma forma e não de outra. Minha pátria é minha língua. Wittgenstein, em *Investigações Filosóficas*, deixa isso muito evidente, avalia Tugendhat. É preciso, diz Wittgenstein, já saber (ou dominar) um mínimo para poder perguntar pelo nome de uma coisa, pois só pergunta pelo nome de algo quem já sabe o que fazer com ele.

Nada escapa à linguagem, conclui o filósofo austríaco. É uma afirmação com sérias conseqüências. Se nada escapa, o que fazer das zonas de sombra que não parecem ser cobertas pela linguagem, problemas que o mundo nos pega sem resposta, sobre as quais não conseguimos falar porque não sabemos como, como a morte, o medo, o sublime e todo a experiência de mundo de que nos falam a poética?

Em *O Nome das Coisas*, o filósofo Luiz Carlos Lisboa dá a opinião de que algo não consegue ser dito porque não lhe foi dada importância pública, não é uma demanda instintiva de uma coletividade, carece de “utilidade prática discernível” (o que Wittgenstein chama de “critério de uso”). Realidades sem função ficam inominadas, diz Lisboa, por falta de sentido ou utilidade para um dado povo. As pessoas têm uma visão muito concreta e pragmática daquilo que as cerca, percebem o que usarão para sobreviver, o que lhes dá medo ou prazer. Expressamos o que percebemos e comparamos. Sobre tudo o mais, tendemos a dedicar grande esforço para que seja efetivamente expressado. Há, segundo Lisboa, uma dificuldade de “transmissão do fundamental”, quando só a experiência direta importa. Muita coisa deixa de ser denominada porque minguou até a invisibilidade coletiva.

Se tal raciocínio é aceitável, tudo o que nos é indizível denuncia as prioridades de uma cultura, a ênfase dada por um povo à sua relação com o mundo. Se esse povo despreza. não liga muito ou não tem costume de privilegiar determinadas preocupações sobre a vida, a sua relação com as outras pessoas e o mundo, essas preocupações deixam com o tempo de ser iluminadas pela fala cotidiana e tendem só a aparecer mesmo como uma crepitação de espírito indefinível. A não-palavra é, por isso, o atestado de uma falta, de algo que, se não virou um nada, ainda não se tornou um ser. Uma nação de pragmáticos, de sobreviventes, de necessidades básicas e prementes, criará lacunas de expressão para o que não lhe parece importante. O efeito a longo prazo é o murmúrio dos séculos de conversas, dos contatos mútuos, das trocas

coletivas e dos exercícios cotidianos de convívio que deixaram pelo caminho sentimentos, objetos e sensações corporais anônimos, inanimados ou inclassificáveis. Antes da linguagem vem o contexto, a cultura que nós expressamos, a pátria que é a língua de todos.

Podemos acreditar, como os freudianos, que o indizível é antes sintoma de um sujeito fraturado, cindido, que paira adormecido sob camadas de expressão consciente. O dizível é o que é manifesto em estado de alerta. Mas nunca a pessoa é “dita” plenamente nesse plano de realidade. Ela talvez esteja no indizível, naquilo que não é dito não se sabe por quê, mas também no discurso descontínuo e espiralado, a possibilidade de captação de uma angústia, uma estranheza, inquietação ou promessa frustrada. Porque o que queremos dizer no fundo está deslocado, atribuído a outra coisa: não sabemos como dizê-lo, mas está lá, pulsando com insistência nas entranhas de nossa mente. Nessa rubrica está a fé psicanalítica na possibilidade de reversão dos sintomas inconscientes – uma vez revelada a estranheza subterrânea, o inconsciente vem à tona, o indizível se torna dizível, o ser humano vai à forra desta inimiga natural chamada linguagem.

Temos a tendência de ver as palavras como uma segunda natureza. A natureza primeira é a matéria-prima – a realidade e o pensamento. A linguagem seria um instrumento, a palavra seria um meio de expressar as coisas e as relações. Ela teria, assim, a função de traduzir as coisas – como se tivessem uma relação privilegiada com as coisas em si. Mas quem procura a coisa em si, não encontra. Por trás de uma palavra há sempre outra palavra, não a coisa em si. Não há “divisão de tarefas” na linguagem. A linguagem não é instrumento do pensamento. Ninguém pensa uma coisa primeiro para depois falar, como se houvesse uma pausa entre um instante e outro. A idéia contrária pressupõe a existência de um pensamento lógico e as linguagens como defeituosas, daí haveria dependência da linguagem em relação ao pensamento. A linguagem não ter um papel secundário em relação ao real. A consciência não capta um dado primeiro e só depois o descreve em forma de linguagem. A pessoa se faz sujeito ao se enunciar à outra. Só posso me revelar uma pessoa na medida em que me comunico, me relaciono com outras pessoas. Nenhuma fala é inocente, ela se realiza para sedução. Ela se constitui na interação. Dizer, portanto, não é expressar-se, mas é o lugar, a atividade que constitui o sujeito.

Michel Foucault diz, em *As Palavras e as Coisas*, que o que distingue a linguagem de todos os outros signos é o fato de que é obrigada a transformar o pensamento, que é instantâneo, numa seqüência. Os sons só nos saem da boca “articulados um a um”, a linguagem não pode representar o pensamento de cara, em sua totalidade – tem de apresentá-lo passo a passo. A seqüência linear é artificial, algo estranho à simultaneidade das imagens, insights e raciocínios que nos passam pela mente. A linguagem, diz Foucault, não é um simples recorte do mundo, mas a instauração de uma determinada “ordem no espaço” que o pensamento, em si, não dispõe.

As seqüências não se repetem em todas as línguas. Há nações, exemplifica Foucault, que dão ênfase à ação no meio da frase, há as que dão no final, há aquelas em que se nomeia primeiro o que há de substantivo numa relação com o mundo e as em que o acessório vem em primeiro lugar. Com o tempo, a linguagem estabelece relações até então inéditas entre tudo o que ela criou. Faz as falas criarem por si mesmas significados que antes não podiam ser dados. Ela se torna a natureza principal das coisas. Quando procuramos o sinônimo de alguma coisa no dicionário, o que encontramos é outro sinônimo, não a coisa mesma. Vista assim, a linguagem é toda ela uma tentativa de dar nome ao que não tem. É uma falta irreparável, que o indizível

apenas ilustra. O que há de indizível no mundo seria assim o próprio ato de busca de palavra para “a coisa”. O segredo talvez seja dar ao que já é conhecido um tom inaugural que já se perdeu. E, ao que se apresenta indefinido, um contorno, uma poesia, a entrelinha que não está na linha, uma ênfase sobre as coisas que a cultura, a linguagem e a lógica parecem ter, se não esquecido, deixado de lado por falta de utilidade ou percebido que, como o mistério da morte e da vida, à falta do que dizer, melhor é permanecer calado.

### **Referências Bibliográficas**

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas – Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

LISBOA, Luiz Carlos. *O nome das coisas*. São Paulo, Summus Editorial, 1990.

TUGENDHAT, Ernst. *Wittgesntein: A impossibilidade de uma “Linguagem Privada”*. Univ. Livre de Berlim. Trad. e notas: Plínio Junqueira Smith. Extraído da *Revista do CEBRAP*, n. 32, 1992. Disponível em: [www.cfh.ufsc.br/~wfil/tugendhat.htm](http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/tugendhat.htm).

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1994.  
\_\_\_\_\_. *Investigações Filosóficas*. Petrópolis: Vozes, 1994.